



O ministro do Supremo Tribunal Federal Cristiano Zanin. Gustavo Moreira - 17 fev. 2023/STF

## Zanin cobra Congresso sobre regulação de software espião

Ministro dá 10 dias para manifestação em ação que trata do uso dos programas

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O ministro Cristiano Zanin, do STF (Supremo Tribunal Federal), deu prazo de dez dias para que o Congresso Nacional se manifeste sobre a regulamentação do uso de softwares espionagem, como o First Mile, alvo de investigação da Polícia Federal que

mira, entre outros, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos- RJ), filho do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, expedida na quarta-feira (31), foi dada aos autos da ação movida pela PGR (Procuradoria-Geral da República) na qual o Congresso é cobrado por omissão na criação de leis que estabeleçam

balizas para o uso de ferramentas de tipo. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão foi assinada pela subprocuradora-geral Elizete Ramos no dia 13 de dezembro, nos últimos dias em que ocupava interinamente o cargo de procuradora-geral — Paulo Gonet assumiu o posto no dia 18.

Nela, a PGR pede que os softwares sejam usados depois de autorização judicial e sugere uma série de regras para sua execução. A ação foi proposta após o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro aprofundar as investigações sobre o uso por órgãos de inteligência do país de outra ferramenta, o Pe-

gasus, ainda mais invasivo do que o First Mile, pivô das operações sobre a suposta "Abin Paralela" que teria sido instalada durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O procedimento cível corre sob sigilo.

O First Mile, da empresa israelense Verint Systems, é capaz de monitorar a geolocalização de aparelhos celulares. O Pegasus, da também israelense NSO Group, se instala dentro dos celulares-alvo e passa a ter acesso a todas as informações que estão dentro dos aparelhos.

Governos de pelo menos dez países usaram o programa para espionar celulares de jornalistas e opositores, revelou uma investigação feita por vários veículos de imprensa internacionais.

A ação cita ainda as ferramentas Fincell (NSO Group) e Giza (Verint), que simulam estações rádio-base capturando informações de dispositivos próximos.

A partir dos mais recentes avanços tecnológicos, houve uma proliferação global de ferramentas de intrusão virtual, utilizadas no âmbito de serviços de inteligência e de órgãos de repressão estatal, para a vigilância remota, secreta e invasiva de dispositivos móveis de comunicação digital, sob o pretexto do combate ao terrorismo e ao crime organizado", escreve Ramos na ação.

"Ao não estabelecer a disciplina regulamentadora da utilização, por órgãos e agentes públicos, de programas para intrusão virtual remota e de ferramentas de monitoramento secreto e invasivo de aparelhos digitais de comunicação pessoal — smartphones, tablets e dispositivos eletrônicos similares — o legislador nacional incide em

omissão, provocando redução arbitrária e injustificada do nível de proteção das garantias fundamentais."

A PGR pede ainda na ação que o Supremo determine "às Forças Armadas, agentes públicos de inteligência, forças policiais civis e militares de todas as esferas (no plano federal e estadual), órgãos de inteligência e/ou investigação criminal que se abstendam de utilizar qualquer das ferramentas tecnológicas de invasão e monitoramento de que trata esta ação direta, sem autorização judicial".

A Procuradoria determina ainda o estabelecimento de uma série de regras para que o uso dos softwares tenha sempre uma justificativa clara e que permita o rastreamento dos agentes que o acessarem, o fim de manter o controle da ferramenta.

O uso do First Mile e a produção de relatórios de inteligência sobre adversários políticos da família Bolsonaro estão na mira da Polícia Federal. As operações delatadas tentam esclarecer a atuação da chamada "Abin Paralela" do governo Bolsonaro na gestão de Alexandre Ramagem, hoje deputado federal.

Os investigadores afirmam que oficiais da Abin e policiais federais lotados na agência monitoraram os passos de adversários políticos de Bolsonaro e produziram relatórios de informações "por meio de ações clandestinas" sem "qualquer controle judicial ou do Ministério Público".

Na terceira fase da investigação, na última segunda-feira (30), Carlos Bolsonaro foi alvo de busca e apreensão. Agentes da Polícia Federal conduziram operações em endereços ligados a ele no Rio de Janeiro e na vila de Marabacaba, em Angra dos Reis.

EXCLUSIVO PARA ASSINANTES

# PERSPECTIVAS 2024

com Tati Bernardi

Confira a série de entrevistas da **Folha**, com Tati Bernardi e colunistas convidados, que trazem uma visão sobre os principais aspectos que poderão impactar o Brasil e a sua vida em 2024. **Assista!**

TEMAS E CONVIDADOS:

JÁ DISPONÍVEIS

GOVERNO LULA + ELEIÇÕES MUNICIPAIS



CELSIO ROCHA DE BARROS  
"Ano de eleições pode dividir governo."

GUERRA



IGOR GIELOW  
"Não há um plano de saída de Israel que seja claro."

DESIGUALDADE E POBREZA



MICHAEL FRANÇA  
"Movimento negro vai começar a guiar mais políticas."

ELEIÇÃO NOS EUA



PATRICIA CAMPOS MELLO  
"Seja qual for o resultado, vai haver problema de legitimidade nos EUA."

ECONOMIA



VINICIUS TORRES FREIRE  
"Vamos melhorar muito menos do que precisamos."



CONFIRA AGORA EM NOSSO SITE

ACESSE [FOLHA.COM/PERSPECTIVAS2024](https://folha.com/perspectivas2024) PARA ASSISTIR AS ENTREVISTAS.

FOLHA  
MÚLTIPLO PRA NÃO LER